



Desenvolvimento Sustentável: Realidade ou Utopia?

Elisa Parreira Darim(PG)*¹elisadarim@hotmail.com, Adrielly Moreira Tavares(PG)¹, Lucas Lopes Ribeiro(PG)¹, Taynara Aparecida Pires de Sá(PG)¹, Thiago Prudente de Macêdo(PG)¹, Patrícia Correa de França Fonseca², João Carlos Mohn Nogueira³

1. Pós-Graduandos do curso de Gestão Ambiental na Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas - Henrique Santillo, BR-153, nº3105, Anápolis.
2. Co-orientadora: Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás, lotada no Câmpus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas - Henrique Santillo, BR-153, nº3105, Anápolis.
3. Orientador: Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás, lotado no Câmpus Palmeiras de Goiás, Rua S-7, sem número, Setor Sul, Palmeiras de Goiás.

Resumo: O objetivo deste trabalho foi criar uma base conceitual e histórica sobre sustentabilidade e temas correlacionados e convidar o leitor a refletir sobre o tema, levando-o ao pensamento crítico. O trabalho consiste em um extensivo levantamento de trabalhos científicos que tratam sobre sustentabilidade, gestão ambiental, consumo e consumismo, formação do pensamento ambiental e relação do homem e meio ambiente frente à globalização. O maior inimigo do desenvolvimento sustentável é o padrão de consumo que adotamos atualmente, pois esse padrão tende ao consumismo em muitos países. O uso de fontes não renováveis e os baixos níveis de reciclagem e compostagem para vários tipos de resíduos estimulam o uso de recursos naturais como matéria-prima. Com a educação ambiental e conscientização da população mundial é possível reverter essa perspectiva, fazendo com que o desenvolvimento sustentável torne-se viável mesmo para uma sociedade de consumo, desde que haja preocupação e principalmente ação ambiental como bases na construção da formação cidadã.

Palavras-chave: consumo. educação ambiental. consumismo. conscientização. ecodesenvolvimento

Introdução

Os últimos séculos foram marcados por revoluções industriais e tecnológicas que levaram ao surgimento de novas técnicas produtivas e aumentaram a capacidade de produção. No entanto, o crescimento acelerado e a necessidade de geração de riquezas causaram uma série de efeitos colaterais na sociedade,



gerando questionamentos sobre a sustentabilidade do modelo produtivo (DE OLIVEIRA, MEDEIROS, *et al.*, 2012).

O agravamento dos problemas sociais e ambientais, como concentração de renda, desigualdade social, desemprego e poluição ambiental impulsionaram o surgimento de novas formas de pensamentos, estudos e pesquisas que aliasse o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente e melhor interação entre os seres humanos.

Diante disso, surgiu o conceito de “ecodesenvolvimento” ou desenvolvimento sustentável, onde o desenvolvimento não seria somente econômico, mas também social e ecológico incluindo políticas que visam à harmonização entre os objetivos econômicos, sociais e ecológicos (CANELAS, 2005). Pois, o pensamento ambiental desde seu início se mostrou revestido em temáticas e propostas nas áreas da economia, ecologia, política e sociologia. Ao mesmo tempo ele é profundamente diversificado, apontando para mudanças econômicas e social com diferentes nuances de opiniões (LEÃO, 2011). O que leva ao questionamento se o desenvolvimento sustentável, pode ser construído de uma forma que não seja utópico.

Visando apresentar as várias perspectivas que um desenvolvimento sustentável pode trazer ao cotidiano, este trabalho objetivou criar uma base histórica e conceitual sobre sustentabilidade e temas relacionados e convidar o leitor a refletir sobre o tema, levando-o ao pensamento crítico acerca do desenvolvimento sustentável.

Material e Métodos

Este estudo consistiu em uma revisão bibliográfica baseada em um extensivo levantamento de trabalhos científicos que tratam sobre sustentabilidade, gestão ambiental, consumo e consumismo, formação do pensamento ambiental e relação do homem e do meio ambiente frente a globalização. A partir da revisão bibliográfica foi possível levantar um considerável volume de informações, buscando compreender os parâmetros para aplicação da sustentabilidade na sociedade atual e





chamar o leitor para o desenvolvimento do pensamento crítico acerca das perspectivas da sustentabilidade.

Resultados e Discussão

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O primeiro passo para o despertar da consciência ecológica foi a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, em 1962, pela escritora Rachel Louise Carson, cientista e ecologista norte-americana. Esse livro serviu para despertar a consciência ecológica sobre a necessidade de imposição de uma legislação mais rígida e protetiva do meio ambiente. Já os primeiros sinais de descontentamento popular com o modelo de capitalismo industrial iniciaram-se em 1968 com a eclosão do protesto estudantil em cadeia, iniciado em Paris, em maio de 1968.

No mesmo ano foi criado o Clube de Roma, uma organização formada por intelectuais e estudiosos, cujo objetivo principal era discutir assuntos relacionados à política, economia, meio ambiente, que levou a publicação do relatório intitulado “Os limites do crescimento” em 1972. O estudo trazia uma série de apontamentos que colocavam em questão a não renovabilidade dos recursos naturais e a insustentabilidade a longo prazo do modelo econômico atual.

Em 1972, ocorreu em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, considerada um marco no desenvolvimento de políticas ambientais. Os resultados das discussões promovidas nessa conferência culminam na publicação, em 1987, do documento intitulado “Nosso Futuro Comum” mais conhecido como Relatório de Brundtland.

O relatório de Brundtland propõe o conceito de desenvolvimento sustentável, que fornece uma estrutura para integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento mais amplas. A busca desse conceito exige mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações. Podendo ser entendido com o desenvolvimento que procura atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Ao mesmo tempo, ele só pode ser buscado através da inauguração de uma nova era de cooperação internacional baseada na premissa de que todo ser humano – os que já existem e os

REALIZAÇÃO



que virão – tem direto a uma vida razoável (LEÃO, 2011). No Brasil, o Relatório Brundtland foi intitulado “Nosso Futuro Comum” pela Fundação Getúlio Vargas em 1988.

O Desenvolvimento Sustentável passa a ser então o foco para formuladores e gestores de políticas, dos movimentos ambientalistas e dos meios científicos e acadêmicos, sendo a base da RIO 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento) que teve um grande impacto em termos de iniciativa e consenso de objetivos a serem perseguidos com a estruturação da Agenda 21 (CANELAS, 2005).

No ano de 1995 foi realizada a primeira Conferência das Partes, as chamadas COP's, em Berlim na Alemanha, 117 países participaram e o foco da conferência foi otimizar as ações que mitigassem o efeito estufa. Foi criado um grupo sobre o Mandato de Berlim (AGBM), que iniciou estudos que após oito encontros foi encaminhado à terceira conferência das partes, que acabaria culminando no Protocolo do Quioto. A segunda COP aconteceu em Genebra, na Suíça, em 1996, em que ficou acordado que os países fora do Anexo I, sem compromissos de redução de emissões, poderiam receber auxílio financeiro caso tivessem interesse em receber assistência. Na terceira COP, que aconteceu em Quioto, no Japão, em 1997, possuiu como ápice a adoção do Protocolo de Quioto. Este protocolo define que os países industrializados do Anexo I deveriam reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 5,2% em relação aos níveis de 1990. Para que o protocolo entrasse em vigor, deveria ser ratificado por pelo menos 55 países que juntos deveriam corresponder por pelo menos 55% das emissões globais de gases de estufa, O Protocolo de Quioto entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, o Brasil ratificou o protocolo em 23 de julho de 2002 (CENAMO, 2004).

Em 2009 ocorreu a COP15 em Copenhagen onde o Brasil assinou um conjunto de ações, entre elas a redução do desmatamento na Amazônia, Cerrado, Pampas, implantação de mais áreas utilizando o plantio-direto, fixação biológica do nitrogênio, produção mais eficiente de energia, aumento do uso de biocombustíveis, fontes energéticas alternativas, uso de carvão de florestas plantadas e não advindas de desmatamento. Esse conjunto de ações levará a uma redução de 36,1% a 38,9%



das emissões de gases de efeito estufa projetadas para o Brasil em 2020 (ABRANCHES, 2010).

Em 2018 será realizada a Conferência das Partes (COP24) em Katowice, na Polônia. A COP24 trabalhará para adotar um pacote de decisões para assegurar a implementação do Acordo de Paris, um novo acordo resultante da COP21 em Paris, na França no ano de 2015 que buscou manter o aquecimento global abaixo dos 2° (Bizawu & Rodrigues, 2017).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A discussão em torno de uma proposta de desenvolvimento sustentável coloca em evidência aspectos ligados à sustentabilidade, que em termos ecológicos pode ser entendida como, as medidas e ações que um ecossistema toma para que não decaia e se arruíne. Onde a conservação desses ecossistemas depende da manutenção do equilíbrio dos processos internos (BOFF, 2017).

Dessa maneira, para garantir a sustentabilidade é preciso preservar os mecanismos básicos de regulação ecológica e agir de modo equilibrado e precavido respeitando os processos naturais. Pensando nisso, o desenvolvimento sustentável indica que são necessárias mudanças que criem condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem um progresso tecnológico rápido e poupador de recursos naturais, como também uma mudança em direção a padrões de consumo que não impliquem no uso contínuo e ilimitado dos recursos naturais (MAY, LUSTOSA e DA VINHA, 2003).

A grande dificuldade para a adoção de atitude precavida ao buscar estabilizar o nível de consumo de recursos naturais está em que essa estabilização pressupõe uma mudança de atitude que contraria a lógica do processo de acumulação de capital em vigor desde a ascensão do capitalismo. Pois, com o capitalismo, o uso dos recursos, tanto humanos como naturais, passa a ter quase nenhum controle social (MAY, LUSTOSA e DA VINHA, 2003).



PADRÃO DE CONSUMO

O atual padrão de consumo, baseado no mundo ocidental foi dividido historicamente em três momentos ao longo do século 20 por Kremer (2007). O primeiro momento se dá entre 1950 e 1974 na Europa e Estados Unidos (EUA) quando o crescimento econômico proporcionado pela industrialização finalmente chegou a convívio da população e permitiu incremento em opções de lazer e aquisição de bens. O segundo momento tem seu auge no início da década de 80, quando as políticas neoliberais direcionadas aos interesses individuais culminaram com a abertura econômica de vários países. Neste mesmo período surgem os primeiros questionamentos e movimentos preocupados com as consequências do estilo de vida consumista (GODECKE et al., 2012). A partir da década de 90 ocorreu o terceiro momento que concretizou o padrão de consumo que adotamos hoje, ele é fundamentado na globalização e suas facilidades, sejam elas de importação ou exportação baseadas na relação intercultural.

A sociedade de consumo ocorre quando o consumo ou os bens são o fator central da nossa identidade ou intimamente ligados a ela. Desde o início dos menores estímulos ao que hoje seria o capitalismo, a aquisição de bens são manifestações de valorização ou posição social, por isso a condição de consumidor não é uma condição neutra ou despretensiosa, individual ou despolitizada. O ser consumidor afeta várias escalas sociais, ambientais e econômicas (IDEC, 2005).

CONSUMO SUSTENTÁVEL E REDUÇÃO DO CONSUMO

A acumulação de bens descartáveis, a busca pelo conforto material e até mesmo demanda por alimentos para a própria sobrevivência demandados pelo bem estar humano que utiliza cada vez mais dos recursos naturais existentes, estes que estão gradualmente mais escassos. A partir do momento que o consumo se torna esbanjador pode ser reconhecido como consumismo, este que vem crescendo conjuntamente com a necessidade da geração de riquezas para as indústrias e comércios, que com ajuda do marketing tentam passar para a sociedade a imposição de compra para a renovação de acordo com que os produtos vão se



tornando mais modernos, e os produtos antigos se tornam descartáveis (OLIVEIRA, 2012).

Em contracorrente ao consumismo tem-se o consumo sustentável que nada mais é que a utilização desses recursos naturais de uma forma sustentável onde o mesmo produto pode ser reutilizado, reciclado ou até mesmo voltar as suas características originais. É como um ciclo onde a matéria-prima retorna a sua originalidade depois que o produto oriundo desta chega a seu limite de vida útil. Junto com o consumo sustentável tem-se a redução do consumo que é uma forma de desenvolvimento sustentável em que reduzindo a utilização de produtos desnecessários ou pouco necessários leva-se a uma redução do uso dos bens naturais (FURRIELA, 2001).

Para poder abordar e colocar em prática o consumo sustentável e a redução do consumo deve-se ter conhecimento de todos os problemas que o consumismo pode e está causando. Em sequência ter a consciência que este é um problema cultural, político e educacional onde começa em cada pessoa ter a ciência e ter o desejo e a dedicação para a implementação de um consumo sustentável (SILVA, 2012). Por isso não é somente a mudança de mentalidade sobre o tema, mas uma mudança estrutural em como se faz a produção e o consumo, reduzindo-o e reaproveitando-o.

Considerações Finais

Diante do exposto tem-se que o desenvolvimento sustentável é transformar produtivamente a natureza de modo ecologicamente equilibrado que surgiu a partir da necessidade de precaução devido ao grande consumo dos bens naturais do planeta na Revolução Industrial e com o crescimento acelerado elevaram-se os problemas econômicos, sociais e ecológicos.

Quanto à economia, que explora os limites absolutos de recursos naturais, deve-se estudar a fundo o excessivo uso destes recursos através do mercado de consumo e trabalhá-lo de forma a otimizar o uso de recursos naturais e também de devolver os recursos da forma mais próxima de como foram retirados da natureza. O tipo de sociedade existente hoje é de um padrão de consumo que confere como



valores os bens materiais tornando mais difícil a aplicação do desenvolvimento sustentável. A busca implacável pela riqueza das indústrias e satisfação material do ser humano torna o consumismo o maior inimigo do alcance ao desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é uma realidade somente viável com base na conscientização pela educação ambiental. Além disso, a chamada para ação em atos de consumo consciente com apoio das instituições públicas e privadas. Assim poderemos dizer que houve a adequação ao consumo sustentável e logo o conceito de desenvolvimento sustentável passará de utópico para real.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Estadual de Goiás e seu corpo docente como instituição que serviu como base e incentivo para este estudo.

Referências

ABRANCHES, S. A COP15: apontamentos de campo. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 121-132, 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100011>.

BIZAWU, S. K., & RODRIGUES, M. V. A crise da globalização: um estudo sobre os efeitos do brexit e da política do governo trump e os desafios para as metas do acordo de Paris. **Cadernos de Direito Actual**, (7), 241-256. 2017.

BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CANELAS,. **A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e suas interações com as políticas econômica, energética e ambiental**. 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás. Salvador: [s.n.]. 2005.

CENAMO, M. C. Mudanças climáticas, o protocolo de quioto e mercado de carbono. **CEPEA, ESALQ-USP**. Disponível em< http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/protocolo_quioto.pdf>. Acesso em, v. 14, n. 06, p. 2011, 2004.



DE OLIVEIRA, L. R., MEDEIROS, R. M., DE BRAGANÇA TERRA, P., & QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. Niterói, **Production**, 22(1), 70-82, 2012.

FURRIELA, R.B., **Educação para o Consumo Sustentável**. Ciclo de Palestras Sobre Meio Ambiente - Programa Conheça a Educação do CIBEC/Inep - MEC/SEF/COEA. São Paulo - São Paulo, 2001.

GODECKE, M. V., Naime, R. H., & Figueiredo, J. A. S. (2012). O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil. **Revista Eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental**, 8(8), 1700-1712.

IDEC, Consumo Sustentável: Manual de educação. Brasília: **Consumers International/ MMA/ MEC/160** p. 2005.

KREMER, J. Caminhando rumo ao consumo sustentável: uma investigação sobre a teoria declarada e as práticas das empresas no Brasil e no Reino Unido. **PPG em Ciências Sociais**. PUCSP, São Paulo, 2007. 323 p.

LEÃO, I. Z. C. C. A utopia do desenvolvimento sustentável. **Economia & Tecnologia**, v. 24, p. 127-134, Janeiro/Março 2011.

MAY, H.; LUSTOSA, M. C.; DA VINHA,. **Economia do Meio Ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

OLIVEIRA, J.C.C., **Consumo Sustentável**. Veredas do Direito. v.9, n.17, p.79-108. Belo Horizonte - Minas Gerais, Jan-Jun/2012.

ONU. AGENDA 2030. **NAÇÕES UNIDAS BRASIL**, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 10 Junho 2018.



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



SILVA, M.E., **Consumo Sustentável: A Articulação de um Constructo Sob a Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM). v.11, n.2, p.217-232. Campo Largo - Paraná, Jul-Dez/2012.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás